Bolsas — Na sexta-feira: 0,15% São Paulo; 1,3% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 106.668 (18/01) a 108.942 (21/01)

Salário mínimo — R$ 1.212

Dólar — Na sexta-feira: R$ 5,455 (+0,72%)

Últimas cotações (em R$)	
17/janeiro	5,527
18/janeiro	5,560
19/janeiro	5,466
20/janeiro	5,416

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 6,186

Capital de giro — Na sexta-feira: 6,76%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 10,03%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95
Dezembro/2021	0,73

CONJUNTURA / Bolsonaro foi alertado sobre o risco de o litro do combustível chegar a R$ 8, mas estratégia de limitar tributos como o ICMS para segurar os preços, confrontando governadores em ano eleitoral, é vista com ceticismo

Os limites da PEC para conter alta da gasolina

» TAINÁ ANDRADE

Com o preço do barril de petróleo a US$ 87,51, de acordo com a atualização de ontem dos cotações internacionais do óleo tipo Brent — e com perspectiva de chegar a US$ 100 —, o presidente Jair Bolsonaro (PL) foi alertado sobre a probabilidade de uma nova elevação nos preços dos combustíveis para o consumidor. Nas contas de técnicos do governo, o litro da gasolina poderá chegar a R$ 8 nos postos se a Petrobras repassar os custos para os preços cobrados nas refinarias.

Para lidar com o problema, o presidente adotou a estratégia de propor uma emenda constitucional (PEC) para zerar os tributos federais (PIS e Cofins) sobre combustíveis e energia elétrica, como anunciou na live semanal realizada na última quinta-feira. A PEC reduziria também a incidência do ICMS, um imposto estadual, sobre esses produtos. Fontes do Congresso e ligadas à equipe de Bolsonaro, ouvidas pelo **Correio**, acreditam que a proposta não tem força política para ser aprovada.

Para o governo federal, a medida provocaria uma perda de receita de R$ 50 bilhões. Com a PEC, o governo espera que não precise compensar a queda de arrecadação mediante aumento de outros impostos, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para os estados, a perda também seria considerável, pois o ICMS sobre combustíveis representa entre 30% e 40% da receita estadual.

Fontes ligadas à própria equipe do Planalto reconhecem que a proposta é uma forma de o presidente se manter na mídia. Porém, são céticas em relação à aprovação da PEC. A avaliação é de que o Congresso não vai se comprometer com propostas que o coloque em conflito com os estados em um ano de eleição. No balanço das últimas eleições, o nome de Bolsonaro não garantiu a vitória de nenhum prefeito ou vereador, por isso não haveria comprometimento com o presidente e seria difícil a PEC avançar.

Ed Alves/CB/D.A Press



Tributação dos combustíveis com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços gera de 30% a 40% da receita dos estados

» MPE têm mais prazo para dívidas

O Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogou até 31 de março o prazo de regularização de dívidas tributárias das micro e pequenas empresas. Com isso elas poderão solicitar a adesão ao Simples em 2022 até a data limite de 31 de janeiro sem correr o risco de serem barradas. Um programa de renegociação das dívidas foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, mas a expectativa é de que o Congresso derrube o veto em fevereiro.

Contestações

O procurador-chefe da Procuradoria-Geral da República da 1ª Região, José Robalinho Cavalcanti, explicou que a proposta é possível, mas poderia gerar contestações. Para ele, o debate seria em torno do desequilíbrio fiscal provocado nos estados. "Os estados podem alegar que o ICMS é competência deles e que essa proposta estaria invadindo cláusulas pétreas, ou seja, afetando a Federação. Mas, já houve situações no passado que mexeram em cobranças dos estados e que eles perderam. As competências tributárias estão na Constituição. Haveria claramente uma briga de princípios constitucionais", argumentou.

Além da questão jurídica, Robalinho avaliou que a proposta é inviável politicamente. Mesmo com a isenção para os governadores, o caminho no Congresso seria difícil. "Uma PEC exige três quintos de uma maioria qualificada nas duas Casas. Ainda que passe na Câmara, uma legislação como essa teria muita dificuldade no Senado, que tem um número igual de parlamentares para todos os estados, muitos deles líderes políticos e ex-governadores, que têm uma responsabilidade grande com as regiões que representam", afirmou o procurador. "Acho muito pouco viável que essa discussão seja contra os estados. A União teria que sentar com as unidades federativas e chegar a uma proposta com a qual todos concordassem e não perdessem receita", ponderou.

> **Os estados podem alegar que o ICMS é competência deles e que essa proposta estaria invadindo cláusulas pétreas, ou seja, afetando a Federação. Haveria claramente uma briga de princípios constitucionais"**
>
> ***José Robalinho Cavalcanti,*** *procurador da República*

Guedes: "Inflação é problema"

» CRISTIANE NOBERTO
» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a culpa da inflação estar acelerada no mundo é dos bancos centrais, que "dormiram no volante" e não enfrentaram a questão a tempo. Em sua visão, a "inflação mundial não é transitória", e "será um problema para todos". O chefe da pasta fez as declarações durante live promovida pelo Fórum Econômico Mundial.

De acordo com o ministro, diminuir as taxas de juros durante o período da pandemia foi um ato falho, mas as economias passam por um momento de transição e ajuste das políticas monetárias. "Todo o mundo sofreu um momento dramático e todos devemos raciocinar sobre as políticas monetárias", disse.

No Brasil, Guedes afirmou que o passado econômico do país fez com que o Banco Central elevasse os juros muito rapidamente. O ministro disse temer que "a besta esteja fora de controle" — referindo-se à inflação. "Eu não acho que a inflação é temporária. Os bancos centrais estão dormindo no volante, eles deveriam estar cautelosos. A inflação vai ser um problema real. No Brasil, por causa da experiência trágica com a inflação, nos mexemos rápido", afirmou.

Debandada

Ontem, mais dois técnicos do Ministério da Economia pediram demissão, ampliando a debandada de funcionários do órgão. Decidiram deixar a equipe o subsecretário de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal, Luiz Guilherme Pinto Henriques, e o subsecretário de Gestão Orçamentária, Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira. A expectativa é que a saída seja oficializada no *Diário Oficial da União* nos próximos dias. Procurado, o ministério disse que não vai comentar o assunto.

Os dois servidores trabalhavam participavam de negociações com parlamentares em torno da elaboração do Orçamento, que tem provocado embates entre a equipe econômica e a área política do governo.

Na última quarta-feira, dois secretários e um diretor do ministério foram exonerados. Foram eles Sérgio Bogéa Soares, diretor de programa da Secretaria Especial da Receita Federal; Cristiano Rocha Heckert, secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; e Gustavo José de Guimarães e Souza, secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento. De acordo com os atos publicados no *Diário Oficial*, todas as as exonerações foram a pedido dos funcionários.

Paraíso salarial nas estatais

O Relatório de Benefícios das Empresas Estatais Federais (Rebef), detalhou que um funcionário da Petrobras tem salário mensal de R$ 145.184. É a maior remuneração entre as empresas sob controle do governo federal. Logo abaixo, vem um empregado da Eletrobrás, com vencimentos de R$ 93.068.

O documento, produzido pelo Ministério da Economia, detalha os benefícios concedidos pelas 46 estatais controladas pela União e suas subsidiárias aos mais de 450 mil empregados.

Os funcionários, em questão, não possuem cargo de direção. De acordo com o relatório, os salários exorbitantes são o resultado de incorporações de benefícios, na maioria das vezes obtidas por decisão judicial. E superam o teto salarial estabelecido para o executivo, de R$ 39,2 mil.

Além disso, outro benefício é a estabilidade que alguns funcionários têm, individualmente, mesmo não sendo classificados como servidores públicos. Empregados da Petrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Companhia Docas do Pará e a da Eletrobras — que o governo pretende privatizar ainda este ano — possuem acordos salariais por tempo determinado. Somente a estatal de energia elétrica assegura o emprego a um grupo de 11.612 servidores pelo período de novembro de 2021 a abril deste ano.

O BNDES também está no topo da lista com as maiores remunerações e benefícios. O bando estatal garante aos funcionários dois tipos de auxílio alimentação (cesta alimentação e refeição), que somam R$ 2.157,97 por mês. Outro ponto que chama a atenção é a diferença entre o salário máximo e mínimo da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). A maior remuneração e de R$ 58.255 e a menor de R$ 441, segundo o relatório.

Os dados apresentados são do ano de 2020 e não contemplam cargos de diretoria. De acordo com o Ministério da Economia, essas informações serão publicadas em outro boletim. Ao todo, os salários das estatais federais somam R$ 96,6 bilhões, distribuídos entre 453.91 mil funcionários. (**Tainá Andrade**)

Nas alturas

Veja a lista dos maiores salários nas estatais federais (em R$)

Petrobras	145.184
Eletrobras	93.068
Companhia Docas do Rio de Janeiro	78.688
BNDES	76.790
Caixa Econômica Federal	58.833
Cia Docas do Espírito Santo	58.255
Correios	50.080
Bando do Brasil	50.570
Banco do Nordeste do Brasil	44.501
Companhia Docas do Pará	46.004
EBC	47.532
Finep	45.271
Infraero	43.696

Fonte: Ministério da Economia